

A infância, as crianças e a educação infantil: reflexões acerca da questão étnico-racial

Childhood, children and early childhood education: reflections on the ethnic-racial issue

Fabiana de Oliveira*

RESUMO

Neste artigo é apresentado um ensaio teórico cujo objetivo é refletir acerca do papel da educação infantil e o tratamento da diversidade étnico-racial na formação pessoal e social das crianças negras. A reflexão está organizada em duas partes que se complementam: na primeira parte, apresentamos uma discussão sobre aspectos relacionados à socialização das crianças negras nas instituições de educação infantil a partir dos dados de pesquisas realizadas e, em seguida, refletimos acerca da formação das professoras da educação infantil diante dos desafios colocados pelo tratamento da questão étnico-racial. Os dados encontrados apontam que as crianças negras já internalizaram uma concepção negativa do seu pertencimento racial e que acaba sendo reforçado pelas instituições educativas ao não tratarem desta questão ou fazerem isso de forma estereotipada. Isso nos indica que a formação específica do profissional da educação infantil deve dar abertura à multiplicidade de saberes que envolve a docência na educação infantil considerando as questões de subjetividade, construção da autonomia, a diversidade cultural, de gênero, classe social e raça/etnia, pois estas são constituidoras do ambiente da educação infantil e devem ser consideradas no entendimento de uma criança real e de uma infância plural.

Palavras-Chave: Criança negra. Educação infantil. Questão étnico-racial.

ABSTRACT

This paper presents a theoretical essay, with objective is to reflect both on the role of early childhood education and the treatment of ethnic-racial diversity in the personal and social formation of black children. The reflection is organized in two parts that complement each other: in the first part, we present a discussion about aspects related to the socialization of black children in the institutions of early childhood education based on research data. After that, we reflect on the early childhood teacher's formation, given the challenges presented by the treatment of the ethnic-racial issue. The data show that black children have already internalized a negative conception of their racial belonging. That is reinforced by educational institutions by not addressing this issue, or doing so in a stereotyped way. It indicates that the specific formation process of the child education professional should open up the multiplicity of knowledge that involves teaching in children's education considering the issues of subjectivity, autonomy construction, cultural diversity, gender, social class and race / ethnicity, because they constitute the childhood education environment, and they must be considered in the understanding of a real child and a plural childhood.

Keywords: Black child. Early childhood education. Ethnic-racial issue.

* Professora da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: fabioliveira@unifal-mg.edu.br

Introdução

Historicamente a educação infantil foi algo associado à assistência, especialmente, a creche, oferecida como um favor aos pobres. A discussão acerca do direito da criança à essa etapa da educação básica só foi considerado na Constituição Federal de 1988.

A partir desse marco legal, a criança passou a ser vista como um sujeito de direitos e a educação infantil foi considerada direito de todas as crianças de zero a seis anos como consta no artigo 208, inciso 4º.

Enquanto direito de todas as crianças devemos considerar que há uma diversidade de infâncias que caracterizam as crianças que são atendidas em creches e pré-escolas no Brasil. Somos um país plural constituído de diversas raças/etnias, assim, as instituições de educação infantil têm o dever de oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças, e a garantia dessa qualidade estará ancorada também no respeito à diversidade étnico-racial das crianças que são atendidas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) o currículo deve favorecer experiências que possibilitem a articulação entre os saberes das crianças e os conhecimentos historicamente acumulados pelo patrimônio histórico, cultural, artístico, ambiental e científico. Esse conhecimento a ser disponibilizado às crianças deve propiciar também:

- “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (DCNEIs, 2010, p. 12);

- “a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência física ou simbólica e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes” (DCNEIs, 2010, p. 12).

É importante que as profissionais da educação infantil conheçam os documentos legais e passem a incorporar em sua prática pedagógica cotidiana os conhecimentos referentes à diversidade étnico-racial visando desconstruir estereótipos e práticas de discriminação e racismo que também acabam se tornando presença nesse ambiente educativo.

Assim, a questão étnico-racial apesar de ainda ser considerada como ausente nas práticas presentes na educação infantil por se tratar de crianças muito pequenas e, por ainda, existir uma dificuldade na consideração do racismo no Brasil, isso acaba se constituindo como um forte fator que impossibilita o questionamento de práticas e de interações estabelecidas entre crianças e adultos e entre as crianças e seus pares.

Há décadas o Movimento Negro vem lutando por políticas públicas para a população negra, tendo a educação como uma de suas preocupações fundamentais, justamente por que a escola se configura como um espaço de formação e socialização dos sujeitos, visando a partir disso o enfrentamento das desigualdades no nosso sistema educacional, começando pela educação infantil, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais democrática, na qual, todos possam igualmente ter seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Atualmente o campo das discussões étnico-raciais vem se ampliando e ganhando um espaço que até então não existia, um reconhecimento de que nós não somos uma democracia racial e que a partir disso também se reconheceu que o problema do negro na nossa sociedade não passa somente pelo fator de classe, mas também, pelo fator racial. Daí a necessidade de ações afirmativas como é o caso da Lei 10.639, principalmente na área da educação visando a reparação a partir de um reconhecimento e valorização da história e cultura do negro tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais plural e democrática.

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira de 20 de dezembro de 1996 cujo objetivo foi incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', além de propor, interferir e estabelecer uma outra relação étnico-racial no interior da escola.

Assim, está estabelecido no art. 26-A da Lei, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e propõe em seus artigos primeiro e segundo respectivamente que:

- o conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

- os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e Histórias Brasileiras.

A Resolução no 1 de 17/06/04 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana do Conselho Nacional de Educação propõe em seu art. 20 e em seu parágrafo primeiro respectivamente que:

as Diretrizes Curriculares constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática;

a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Isto implica por parte da escola e educadores/professores uma nova postura frente aos seus alunos oriundos de diferentes camadas da sociedade com diversas formas de entendimento de mundo o que leva a necessidade de produzir diferenças no ambiente escolar em contraposição a visão hegemônica de criança, pois há uma questão racial que perpassa a instituição escolar desde a educação infantil.

Nesse sentido, o presente artigo se caracteriza como um ensaio cujo objetivo é refletir acerca do papel da educação infantil e o tratamento da diversidade étnico-racial na formação pessoal e social das crianças negras desde essa etapa da educação básica. A reflexão está organizada em duas partes que se complementam: na primeira parte, apresentamos uma discussão sobre aspectos relacionados à socialização das crianças negras nas instituições de educação infantil a partir dos dados de pesquisas realizadas com essa faixa etária e, num segundo momento, refletimos acerca da formação das professoras da educação infantil diante dos desafios colocados pelo tratamento da questão étnico-racial desde a mais tenra idade visando contribuir para a construção de uma autoimagem e identidade positiva das crianças.

A criança negra o processo de socialização nas instituições de educação infantil

Sabemos que atualmente as crianças têm sido alvo de inúmeras pesquisas e o interesse sobre elas tem aumentado, ainda assim, também tem crescido as desigualdades vividas por inúmeras crianças no nosso país. As desigualdades de gênero e de raça possuem suas especificidades, mas conjuntamente se soma e são acrescidas a um terceiro aspecto: a pobreza, gerando maior vulnerabilidade. As crianças acabam sendo as maiores vítimas das condições de exclusão.

A criança negra foi triplamente excluída pela sua condição infantil, pela sua condição infantil (enquanto 'menor'), social (enquanto pobre) e pela sua raça/etnia (enquanto negra). A socialização da criança negra é perpassada por dois fatores que incidem historicamente e reverbera até os dias de hoje na educação da criança negra: o trabalho e o pertencimento étnico-racial.

As crianças compõem um grupo, uma população que é tratada de forma subalternizada, ocupando uma posição marginal por conta da geração que ocupa e que se define por sua idade. Justamente é esse fator que define a separação entre adultos e crianças na sociedade e que também caracteriza esse período da vida denominado infância e que constitui relações de dominação dos adultos em relação às crianças.

Neste sentido, apesar de nos últimos anos termos vivido uma abertura para o debate das questões relacionadas à raça no Brasil ocasionando mudanças consideráveis no debate contemporâneo sobre a questão racial no cenário político com reverberação no espaço educacional, no entanto, a discriminação relacionada à questão racial ainda é uma constante na nossa realidade o que dificulta a concretização de uma sociedade mais igualitária, justa e não discriminatória, reverberando na educação que também se mostra desigual quando pensamos na situação das crianças pequenas, principalmente as negras.

As pesquisas que articulam as discussões sobre a questão racial e a criança revelam o aparecimento da questão racial desde muito cedo, pois a partir da faixa etária atendida pela educação infantil de 0 aos 5 anos de idade, as pesquisas já apontam a existência da problemática racial entre crianças e adultos. O trabalho de Oliveira (2004) realizado em uma creche, na sala do berçário, descreveu a forma de tratamento das educadoras em relação aos bebês negros.

A dissertação apontava a diferença de tratamento entre os bebês: quando a criança era negra, ficava pouquíssimo tempo no colo das professoras, diferentemente da criança branca e, ao mesmo tempo, ocorria uma forma pejorativa de tratamento dada a essas crianças; cada criança negra era acompanhada de um apelido. No entanto, o trabalho buscou mostrar que há uma certa positividade em não receber esse tratamento diferenciado, pois aquelas que não ganham o colo da professora, por exemplo, de alguma maneira, como um aspecto positivo, estariam livres de um tipo de afeto inibidor, que ao mesmo tempo que acolhe, também sufoca as crianças que não pertencem a uma ordem hegemônica de estética e saúde “dominante” que exclui os diferentes.

A pesquisa de Cruz (2008) mostrou que as crianças apesar de ouvirem um discurso de igualdade viviam situações de desigualdade no ambiente escolar e estas percebiam as situações de discriminação e preconceito que ocorriam e, em relação às aprendizagens relacionadas aos conteúdos do currículo, demonstraram que suas percepções sobre os povos indígenas e africanos eram ainda àquelas relacionadas à época da colonização, ou seja, imagens cristalizadas e estereotipadas que acabam sendo transmitidas pela escola. A pesquisa indica a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e o currículo.

Os estudos de Silva (2010) apontaram que as crenças e os valores racistas influenciam a constituição da identidade das crianças levando estas a desprezarem seus atributos físicos principalmente na questão do cabelo e da cor da pele e que vai ao encontro dos dados encontrados por Trinidad (2011) detectando que as crianças conhecem e utilizam as categorias étnico-raciais, no entanto, verificou que em suas brincadeiras e interações elas não selecionavam seus pares em função da cor da pele, mas as crianças negras manifestavam o desejo de ter características associadas ao grupo ‘branco’ como cabelo e cor da pele.

A pesquisa de Feitosa (2012) detectou também a existência de relações desiguais envolvendo as questões de raça dentro da sala de aula e que as crianças negras tendiam, em sua maioria, a negar sua condição racial e a buscar se aproximar dos padrões brancos que são mais aceitos socialmente, influenciando negativamente sua identidade. Neste mesmo sentido, a pesquisa de Almeida (2012) mostrou que as crianças buscam uma maior identificação com a categoria de cor 'branca' e que os níveis de autocontrole e autoconceito mostraram-se baixos levando a processos de branqueamento numa tentativa de valorização de si e de aproximação do grupo mais valorizado socialmente.

O trabalho de Bischoff (2013) ao buscar trazer as percepções das crianças sobre a questão racial encontrou dados que ainda se mostram vigentes no imaginário, pois algumas crianças acreditavam que ao encostar sua pele numa pessoa negra também se tornaria negra ou se pulasse em uma piscina poderia perder a cor negra. Estas falas das crianças as crianças apresentam estereótipos sobre o que é ser negro, mas mostrou também como as próprias crianças a partir das dinâmicas realizadas durante a pesquisa em seu cotidiano foram desconstruindo muitos destes estereótipos.

Os dados de um modo geral indicam que as crianças negras já internalizaram uma concepção negativa do seu pertencimento racial e que acaba sendo reforçado pelas instituições escolares ao não tratarem desta questão ou fazerem isso de forma estereotipada. No entanto, as pesquisas trazem um aspecto metodológico muito interessante que é a possibilidade de dar voz às crianças, de ouvir e creditar suas concepções a respeito de si mesmas e de seu grupo racial, abrindo a possibilidade de autoria às crianças que participaram de suas pesquisas.

Assim, a socialização da criança que se amplia com o convívio escolar, ao contrário de se tornar uma experiência positiva no desenvolvimento da criança negra, acaba sendo um fator negativo na constituição da sua identidade. Os professores (as) inseridos nestas instituições lidam com as crianças como se não houvesse diferenças a partir de um discurso da igualdade entre as crianças, ou seja, o silêncio que envolve a questão racial nas instituições que atendem as crianças favorece que se entenda a diferença como desigualdade. Desta forma, as crianças negras em seu processo de desenvolvimento estão tendo diversas possibilidades para internalizarem uma concepção negativa de seu pertencimento racial, favorecendo a constituição de uma autoimagem depreciativa.

De acordo com Barbosa (2007, p. 1076) “[...] desde as escolas missionárias, a educação brasileira foi destinada a ‘civilizar’ a população, isto é, a ensiná-la a negar-se como índio, como negro, como mulher, como criança para tornar-se outro”. No caso específico da criança negra no seu processo de socialização na instituição escolar, ‘tornar-se civilizada’ significa ‘branquear-se’. A ideologia do branqueamento se efetiva

[...] no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado

positivamente e dos seus valores tidos como bons e perfeitos (SILVA, 2000, p. 16).

Desta forma, torna-se desejável, então, querer ser branco, já que o ideal é branco,

[...] as crianças de grupos étnicos diferenciados percebem quando são desqualificadas, adquirindo, assim, uma concepção coletiva de sua etnia a partir do estigma que lhe é atribuído. No caso das crianças negras, as suas características raciais (tom de pele, nariz achatado, cabelos encarapinhados) são consideradas feias e elas introjetam a inferioridade. Em sua concepção, ser negro, é ser feio (SILVA, 1995, p. 68).

Assim, a constituição da identidade do ser humano como expressão de grupos e categorias sociais, está de acordo com Pereira (1987) indissolivelmente ligada ao processo de socialização que abrange desde o adestramento técnico dos alunos para atender demandas da estrutura social, como também, o inculcamento de valores que dão os referenciais de sua visão de mundo e da sua própria imagem ou auto-representação. Isso ocorre com todos os membros da população, inclusive com o negro que está submetido a esse mecanismo “construtor, definidor e manipulador de identidades” (ibid, p. 42).

Isso acaba favorecendo segundo Pereira (1987) que a identidade negra seja algo deteriorado e fragmentado criando a imagem que o autor denominou “negro dividido” e que tem como significado um indivíduo ambivalente em termos de sua origem, de sua classe, de sua tonalidade de cor, e, acima de tudo, em termos de dois pólos a atraí-lo por diferentes razões: o mundo dos negros e o mundo dos brancos” (ibid, p. 43).

No entanto, a fabricação dessa identidade dividida tem como fundamento de acordo com Pereira (1987), o processo histórico que usa como matéria-prima toda a estereotipia que circula na nossa sociedade desde que o negro aqui chegou a através da qual se constrói a imagem estigmatizada do negro até os dias atuais e se constitui como um dos componentes da socialização do negro desde tenra idade.

Da mesma forma que Pereira (1987), Romão (2001, p. 161) também entende que esta questão da identidade negra fragmentada, ter ou não ter autoestima, está relacionado com a dimensão histórica que por vezes coopera para a construção de estigmas, e se esse fato não for considerado acaba por naturalizar a baixo-estima da criança negra como sendo algo inerente à sua personalidade. Assim, segundo a autora, “ninguém nasce com baixa autoestima, ela é aprendida e resulta das relações sociais e históricas” (ibid, p. 162).

Assim, as crianças negras em seu processo de socialização estão tendo diversas possibilidades para internalizarem uma concepção negativa de seu pertencimento racial, favorecendo a constituição de uma autoimagem depreciativa. As crianças desde bem pequenas passam por processos de subjetivação que as levam a

concepções já tão arraigadas no nosso imaginário social sobre o branco e o negro e consequentemente sobre as positivities e negatividades atribuídas a um e outro grupo racial.

Neste sentido, as culturas das crianças são desconsideradas nestas instituições que as acolhem, não dando significado a sua forma de compreensão do mundo, ao seu contexto, a sua religião, a sua raça/etnia, ao seu gênero. A cultura que constitui as instituições escolares ainda permanece fechada às diferenças, no entanto, se faz urgente repensar este modelo de socialização que desconsidera os sujeitos em nome de uma suposta civilidade e universalização que gera uma “inclusão excludente” das crianças que estão fora dos ditos padrões estabelecidos.

Em resposta ao modelo impositivo de socialização já apresentado anteriormente, que vem sendo questionado, e, nos tem possibilitado compreender o processo de socialização a partir de um outro modelo denominado de “interativo”, pois passa considerar a criança como um sujeito que também age, experimenta, negocia e cria culturas e que considera os fatores de homogeneidade e de heterogeneidade que compõe o grupo geracional que liga às crianças aos seus contextos sociais/culturais e que é marcada pelas diferenças de gênero, classe, etnia, etc.

O racismo presente na educação infantil aparece de forma um pouco distinta daquela encontrada no ensino fundamental. Enquanto na escola fundamental o desempenho escolar mais baixo das crianças negras é um fator identificador do racismo no ensino fundamental, na educação infantil o racismo aparece nas relações afetivas e corporais entre adultos e crianças e nas brincadeiras espontâneas das crianças, já que sabemos que o jogo é uma prática fundamental nesta faixa etária, mas também devemos considerar que essas situações também podem ser encontradas nas crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio.

O racismo aparece na educação infantil na faixa etária entre 0 a 2 anos quando os bebês negros são menos “paparicados” pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo na infância incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado, repugnado. Isso nos leva a refletir sobre a premência da discutir a questão racial na formação de professores considerando que se apresenta hoje como uma obrigatoriedade a partir da Lei 10.639.

A formação das professoras da educação infantil e o tratamento da questão étnico-racial

Ainda é uma realidade em nosso país encontrarmos um número elevado de profissionais leigas que atuam na educação infantil sem a formação mínima exigida ou mesmo sem ter concluído o ensino fundamental. Neste sentido, se faz urgente pensar na formação destas profissionais que irão atuar na educação infantil e daquelas que já estão atuando e precisam de formação em serviço para que realmente tenhamos uma educação infantil de qualidade que é um direito todas as crianças.

Kishimoto (2005) foi uma das primeiras pesquisadoras que refletiram acerca da formação das professoras da educação infantil, nos apresenta que os cursos de formação possuem pouca clareza do perfil profissional desejado, gerando inclusive, uma formação que não respeita as especificidades da educação infantil, pois as práticas adotadas nos cursos não possuem diferenciação para formar profissionais para atuarem na educação infantil e no ensino fundamental. Prática esta encontrada desde as escolas normais e que necessita ser revista.

Ainda segundo Kishimoto (2008) uma das críticas mais contundentes contra a formação profissional nas universidades tem a ver com a sua natureza disciplinar. E essa organização disciplinar conduz os futuros professores a organizarem o ensino desta forma, o que acarreta efeitos muitos negativos para a organização do currículo na educação infantil, pois a criança pequena aprende de forma contextualizada, observando, quando brinca, interagindo com o ambiente que a cerca e não de forma fragmentada.

Nesse sentido, de acordo com Formosinho (2008) o processo de universitarização de formação de professores se caracterizou como um processo de academicização, transformando a formação dessas professoras numa formação teórica e afastada das preocupações pragmáticas, isto é, aos componentes profissionalizantes. A docência segundo o autor implica ao mesmo tempo um desempenho intelectual e técnico. Formosinho (2005, p. 174) conceitua 'academicização' como "[...] o processo de construção de uma lógica predominantemente acadêmica numa instituição que também deve se preocupar com a formação profissional".

Há também o distanciamento com as práticas pedagógicas decorrente de uma tradição disciplinar-verbalista, não considerando a prática enquanto eixo articulador da formação enquanto momento articulador da teoria e da prática na formação de um profissional crítico-reflexivo e pesquisador da sua prática e da realidade que irá atuar (KISHIMOTO, 2005; FORMOSINHO, 2005).

Outro problema é que a universidade com seus cursos de formação de professores ainda se encontra presa a um modelo estrutural configurado por um arquétipo de políticas públicas e de formação excludente de se entender e pensar as diferenças. Questionar essa estrutura e esse modelo de política constitui-se numa luta que se iniciou recentemente com a aprovação da Lei, mas que exige diante da urgência das disparidades no sistema educacional brasileiro entre negros e brancos uma ação efetiva, especificamente, na organização dos currículos que devem considerar os seus alunos enquanto futuros professores e os conhecimentos e habilidades necessárias para lidar com essa questão, bem como, os cursos oferecidos de formação continuada que poderão contribuir para a reflexão dos professores nas suas práticas cotidianas.

É algo ainda novo que requer estratégias novas e que envolve uma mudança de paradigma que requer um saber específico envolvendo a questão racial, pois é

importante para que os profissionais que atuarão ou que atuam na escola tenham clareza de suas atuações, que questionem suas práticas pedagógicas cotidianas que, muitas vezes atreladas ao senso comum reforçam situações de racismo que tanto interferem na constituição de uma autoestima positiva das crianças negras, de seu pertencimento étnico e da construção de uma sociedade mais plural e democrática visando que todos tenham seus direitos garantidos, inclusive de aprendizagem e de respeito por suas raízes étnicas.

Esse é um dos desafios colocados aos nossos professores que precisam partir de um questionamento permanente das relações estabelecidas com os alunos e entre os próprios alunos baseados em atitudes preconceituosas por meio de atitudes veladas ou explícitas que expressem sentimentos de superioridade de um grupo sobre o outro, e também de um questionamento de suas práticas inclusive no que diz respeito à utilização do livro didático e de literatura infanto-juvenil que requer uma postura crítica, pois estes podem conter estereótipos em relação aos negros e interferem na construção de uma autoestima positiva por parte das crianças negras.

No entanto, isso passa pela revisão dos valores e padrões considerados aceitáveis pela instituição escolar, padrões estes que geralmente como apontam as pesquisas, os alunos negros não conseguem atingir ocasionado por mecanismos intraescolares.

Os professores precisam se atentar para o que acontece na escola visando contribuir na mudança dessas manifestações, mas da mesma forma que o aluno, eles também são produzidos a partir de práticas racistas, já que vivemos em uma cultura racista, muitas vezes negada, mas presente. No entanto, pensando na aquisição de um saber específico sobre a questão racial, estes podem produzir outras práticas pedagógicas buscando desfazer ordens cristalizadas de homogeneização e padronização.

A proposta de Romão (2001) diz respeito à construção de três atitudes em relação aos métodos de escolarização utilizados: a compreensão e o respeito à diferença, é a primeira postura que se deve ter como educador; a segunda é compreender que esta individualidade que cada criança carrega faz parte de uma coletividade (grupo racial, étnico, econômico, regional, etc) e, por último, a postura do educador seria de estimulador do desenvolvimento desta criança em seu conjunto, observando os aspectos emocionais, cognitivos, físicos e culturais. Sendo necessário a partir disso, “romper com os preconceitos e estereótipos, rejeitar estigmas e valorizar a história de cada um” (ibid, p. 163).

Nesta mesma direção, as artes (teatro, artes visuais, música, dança) na escola básica também podem contribuir para que estabeleça respeito às diferenças, pois segundo Silva (2000, p. 121) o ensino das artes possibilita ao professor “estabelecer uma ponte entre a cultura do educando e a cultura autodenominada ‘universal’ (a cultura ocidental imposta)”, legitimando a partir disso, os saberes e valores culturais dos diferentes grupos étnicos, recusando assim, “as armadilhas ideológicas do preconceito e do recalcamento”, tendo como objetivos: relativizar o conceito do “belo”

e de “arte” e reconhecer a África como uma das matrizes da cultura humana, contribuindo dessa forma, “para que os educandos percebam que cada pessoa tem um corpo com características fenotípicas diferentes, interiorização de uma postura sem preconceito em relação às diferentes cosmovisões e etnias, valorização da própria identidade étnica e cultural e, conseqüentemente, fortalecimento da autoestima” (ibid, p. 122).

Desta forma, o que as pesquisas sugerem como uma ferramenta de combate ao racismo é que tal questão não continue sendo ocultada na instituição escolar, devendo possibilitar um espaço permanente para discussão e reflexão de posturas racistas e preconceituosas visando à superação de estereótipos, estigmas e discriminações contra os negros que é tão presente no ambiente escolar.

Os cursos de formação de professores que visam a formação de sujeitos que atuarão como intelectuais na escola possuem assim um papel muito importante na objetivação dessa problematização no cotidiano escolar, pois se busca com a Lei 10.639 uma alteração do sentido e na concepção de escola vigente.

Admitir que temos um olhar carregado de preconceitos e nos dispormos a discuti-lo parece ser um bom começo. É no âmbito deste quadro que entendemos que os cursos de formação de professores devem interferir naquilo que o professor concebe como raça e diferença. Questionar este modelo de pensamento, construir novas práticas e também teorias que mudam os axiomas e paradigmas presentes no ideário da sociedade brasileira, buscando a especificidade da educação e do professor neste processo, é o que a pretendemos apontar neste artigo como ponto de partida para a discussão necessária envolvendo a questão racial e o campo da formação de professores.

A formação específica do profissional da educação infantil deve dar abertura à pluralidade de saberes que envolve a docência na educação infantil considerando as questões de subjetividade, construção da autonomia, a diversidade cultural, de gênero, classe social e raça/etnia, pois estas são constituidoras do ambiente da educação infantil e devem ser consideradas no entendimento de uma criança concreta/real e não universal/abstrata.

O necessário conhecimento das culturas infantis que os momentos de observação e participação nas práticas cotidianas da educação infantil poderão possibilitar à futura profissional um maior conhecimento acerca das crianças, do seu modo de brincar, das suas teorias, dos seus desenhos. Esses dados são relevantes, pois a partir disso, a criança está nos apresentando uma gama variada de elementos para buscarmos entender o que estão compreendendo sobre o mundo adulto e, especificamente, sobre a questão étnico-racial.

Considerações finais

As discussões até aqui apresentados nos remetem à reflexão da consideração de um saber específico envolvendo a questão racial é importante para que os profissionais que irão atuar e também aqueles que já atuam na escola, desde a educação infantil, tenham clareza de suas atuações, que questionem suas práticas pedagógicas cotidianas que, muitas vezes atreladas ao senso comum reforçam situações de racismo que tanto interferem na constituição de uma autoestima positiva das crianças negras, de seu pertencimento étnico e da construção de uma sociedade mais plural e democrática visando que todos tenham seus direitos garantidos, inclusive de aprendizagem e de respeito por suas raízes étnicas.

A Lei 10.639 tem como objetivos difundir conhecimentos sobre a história da África e de seus descendentes na diáspora; mostrar a contribuição histórica dos negros na formação do nosso país e disseminar informações que contribuam para a eliminação das desigualdades e da discriminação racial.

A prática pedagógica voltada para as questões raciais tem sua especificidade e exige determinados saberes. Este seria um conjunto de saberes específicos, necessários à prática da professora da educação infantil e que devem a partir da Lei passar a estruturar a ‘cultura docente’ e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas dessas profissionais buscando um questionamento permanente de suas relações estabelecidas com as crianças e entre as próprias crianças baseados em atitudes preconceituosas por meio de atitudes veladas ou explícitas que expressem sentimentos de superioridade de um grupo sobre o outro.

E também a necessidade de um questionamento de suas práticas pedagógicas inclusive no que diz respeito à utilização do livro didático, de literatura infanto-juvenil, das imagens apresentadas, dos brinquedos disponibilizados, tudo isso requer uma postura crítica, pois estes podem conter estereótipos em relação aos negros e que interfere na construção de uma autoestima positiva por parte das crianças negras.

Precisamos de uma pedagogia da infância que possua um potencial de engajamento e mudança, em suas formas plurais, baseadas na diferença, na multiplicidade. Para o entendimento da identidade negra, Hall (2003) enfoca o jogo da diferença para mostrar a natureza intrinsecamente hibridizada de toda identidade e das identidades diaspóricas em especial, ou seja, a identidade como uma costura de posição e contexto e não uma essência. Neste sentido, ao invés de uma concepção de identidade presa ao binário “ou”, temos a potência do conectivo “e”. Assim, a identidade é constituída a partir de vários pertencimentos, ou seja, identidades plurais.

É preciso ressaltar ainda que as professoras também são subjetivadas a partir de um modelo que também as desqualifica como profissionais e designa uma formação menor e superficial para trabalhar com crianças pequenas. Desta forma, os professores necessitam escapar da ordem hegemônica produtora de desejos, estéticas, para realizar práticas educativas que acolham e produzam diferença, como estratégia pedagógica. Nesse sentido, segundo Pelbart (1993, p. 24) “[...] não basta

reconhecer o direito às diferenças identitárias, com essa tolerância neoliberal tão em voga, mas caberia intensificar as diferenças, incitá-las, criá-las, produzi-las. Recusar a homogeneização sutil, mas despótica em que caímos às vezes, sem querer, nos dispositivos que montamos quando os subordinamos a um modelo único ou a uma dimensão predominante”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. S. M. de. *Análise do autoconceito e autocontrole de crianças negras a partir da identidade social*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1059-1083, out. 2007.

BISCHOFF, D. L. . *Minha cor e a cor do outro: qual a cor desta mistura? Olhares sobre a racialidade a partir da pesquisa com crianças na educação infantil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 – Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”*. MEC.

_____. *Resolução nº 1 de 17/06/04 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira*. CNE/MEC.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, 2010. CNE/MEC.

CRUZ, E. M. R. *Percepções das crianças sobre currículo e relações étnico-raciais na escola: desafios, incertezas e possibilidades*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

FEITOSA, C. F. J. *Aqui tem racismo! Um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Unicamp, 2012.

FOMOSINHO, J. A universidade e a formação de educadores de infância: potencialidades e dilemas. In: MACHADO, Maria Lúcia de. *Encontros e Desencontros na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-188.

HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KISHIMOTO, T. M. Pedagogia e a formação de professores (as) de Educação Infantil. In: *Pró-Posições*, v. 16, n. 3 (48) – set/dez., 2005, p. 181-193.

_____. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. In: _____ MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 107-115.

OLIVEIRA, F. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Carlos, 2004.

PELBART, P. P. *A Nau do Tempo-Rei: 7 ensaios sobre o Tempo da Loucura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PEREIRA, J. B. B. A criança negra; identidade étnica e socialização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, 1987. p. 41-45.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola*. São Paulo: Summus, 2001. p. 161-178.

SILVA, A. C. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, K. (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000, p. 13-30.

SILVA, M. J. L. da. As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In: MUNANGA, K. (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2000, p. 119-136.

SILVA, C. D. *Negro, qual é o seu nome?* Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA, M. H. P. D. da. *Negritude e infância: cultura, relações étnico-raciais e desenvolvimento de concepções de si em crianças*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília, 2010.

TRINIDAD, C. T. *Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2011.

Recebido em 22/11/2016.

Aprovado em 27/12/2016.